

## **Recursos discursivos retóricos no ‘Memorial Orgânico’ de Francisco Adolfo de Varnhagen**

Laura Nogueira Oliveira, PPG-FALE-UFMG/UNI-BH

O trabalho que segue é um exercício de análise de um texto de autoria do historiador oitocentista brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen. O objetivo perseguido foi o de tentar verificar a possibilidade de um historiador historicista, cujos métodos de trabalho se baseavam na pesquisa e exegese documental, fazer uso das regras de composição do discurso oriundas das ‘velhas disciplinas clássicas’.

Em outubro/novembro de 1851, Varnhagen publicou, nas páginas da revista Guanabara, um texto intitulado Memorial Orgânico<sup>1</sup> cuja redação, acredito, tem uma “dispositio” retórica que a preside. O texto em questão está dividido em quatro partes e é iniciado por uma ‘Apresentação’ cuja marca é a de uma encenação de oralidade que nos dá a sensação de estarmos diante de uma platéia, para a qual uma tese é apresentada e defendida. Varnhagen chama e clama seus leitores - “Meus amigos e senhores” - e escreve como quem fala. A encenação de oralidade em um texto escrito pode ser tomada como ‘sugestiva vinculação com as origens remotas da retórica’.<sup>2</sup>

Mas Varnhagen também escolhia seu público-leitor privilegiado, ao dedicar seu texto às ‘Assembléias provinciais e geral do Brasil’, e a ele se apresenta como o cidadão responsável, que desejava participar e influir nos destinos de sua Nação; simultaneamente, convidava o leitor-cidadão-deputado ou senador a ouvir suas considerações, apreciá-las em sua justeza e utilidade e, convencido de sua pertinência, transformá-las em lei e executá-las. É como um orador que Varnhagen escrevera o Memorial. Na segunda edição, o texto é ‘oferecido á Nação’ para que, afinal, todos os cidadãos em conjunto pudessem avaliar, julgar e serem co-responsáveis pela implementação das idéias apresentadas.

Ainda na ‘Apresentação’, Varnhagen buscava captar a benevolência de sua ‘platéia’ de leitores. Lembrava que a primeira edição do Memorial ocorrera sem autoria, porque ele julgara

que, deste modo, suas idéias seriam ‘ajuizadas segundo sua valia, sem a prevenção nenhuma do autor’. Informava ao leitor que interessava-lhe não a autoria das idéias, mas o elevado desejo moral de que elas fossem apreciadas em sua justeza e utilidade e, por isto, colocadas em execução, para o bem da edificação de uma grande Nação. Entretanto, diante da pressão de amigos, decidira aceitar que a reprodução do Memorial na revista Guanabara fosse feita com indicação de autoria. Apresentava-se agora como o patriota que se entregava ao sacrifício da censura alheia e sob risco de ser apedrejado, em prol de idéias novas e justas. Varnhagen lançava mão, neste momento, do topos de ‘modestie’: diante da grandiosidade do tema, o autor se amesquinhava, para assim ganhar a benevolência do público. Por isto, a estratégia é a de valorizar o tema, destacando sua relevância, importância e pertinência. Aqui se tem uma estratégia retórica de convencimento do leitor.<sup>3</sup> Varnhagen informava e afirmava que as proposições que apresentaria não visavam a sua autopromoção, mas à retirada de cada leitor-cidadão de sua cotidiana paralisia e para que cada um assumisse seu compromisso na edificação de uma Nação idealizada. Talvez Varnhagen fizesse eco, neste momento, à afirmativa de Péricles de que o debate era capaz de esclarecer os cidadãos, de tirá-los de sua situação de inúteis às causas públicas e de levá-los à ação.<sup>4</sup> O tom emocional do discurso visava, por um lado, construir a imagem do caráter irrepreensível de seu autor, que se sacrificava em nome de uma causa maior. Por outro, visava atingir o pathos do leitor e, entre ele e o autor, criar uma situação de empatia. Preso em uma teia discursiva como co-participante do texto- discurso, o leitor-‘ouvinte’ cidadão ou se identificava com as idéias expostas e as assumia, ou terminaria identificado com aqueles que não se preocupavam com as causas públicas e que eram, exatamente por isto, inúteis! Por fim, ainda na ‘Apresentação’, Varnhagen afirmava que se comprometera com seus amigos a conservar ‘a forma desabridamente persuasiva’ de seu texto’. Ora, de acordo com Quintiliano<sup>5</sup> a retórica procurava atingir três fins: instruir, mover e deleitar. Sem dúvida, o Memorial foi escrito com o propósito de instruir e de

gerar um debate. Mas era pretensão de seu autor levar o leitor-‘ouvinte’ a posicionar-se frente às questões apresentadas e a partir para uma ação.

No que se refere à estrutura do discurso, os estudiosos de Quintiliano têm afirmado que ‘a única novidade que trouxeram os retóricos pós-aristotélicos’ foi o chamado ‘estado de causa’, que seria o ‘estabelecimento da autenticidade de um fato, já com respeito à lei ou já com respeito à realidade mesma’. Neste último caso se trataria do chamado estado racional que seria estabelecido mediante três etapas: ‘realidade do fato, sua definição (...) e sua qualificação’. Como a retórica se dedica às coisas não evidentes ou problemáticas, o debate oratório se constitui também sobre um triplo critério semelhante às três etapas de estabelecimento da autenticidade de um fato: ‘se o objeto existe, o que é e como é’.<sup>6</sup>

Varnhagen constrói o Memorial dividindo o texto em três partes, cada uma das quais orientadas pelos propósitos acima. Na primeira, apresenta os problemas que, a seu ver, impediam o Brasil de se constituir em uma grande Nação. Esta parte constitui o exórdio do texto. Em Aristóteles<sup>7</sup> é possível ler que o preâmbulo/exórdio é local no discurso onde o autor/orador procura desembaraçar o espírito do público e conquistar sua simpatia. Assim Varnhagen chama seu público: ‘Temos dito muito mal; mas temos dito muitas verdades; porque não nos propuzemos adular o que julgamos vicioso. Puzemos o dedo em varias chagas do paiz para accusar dellas a existência, e algumas ainda no capitolo seguinte teremos que descobri-las melhor. Mas entenda-se! Dizemos o mal para que elle se conheça e se trate de sua cura, sobretudo quando a temos por facil. Se julgássemos um só desses males incuravel, teriamos igualmente patriotismo bastante para occultal-o (...)’.<sup>8</sup>

A frase que abre o texto pretende gerar impacto, talvez não em nós, mas nos homens a quem se destinava. Na edição da revista Guanabara, Varnhagen trocara a frase ‘O Brasil é uma nação’ pela ‘O Brasil é um estado’. A troca de palavras, realizada pelo autor, não é casual. Afirmar que o Brasil era um ‘Estado’ era reconhecer que, apesar de independente, o Brasil não conseguira ainda se constituir em um corpo único, dotado de uma organicidade. O Brasil não se

constituía ainda em uma Nação. Para Varnhagen, o Brasil permanecia ‘(...) com mais ar de colônia, ou antes de muitas colônias juntas que de nação compacta’.<sup>9</sup> Se esta organicidade não viesse a se construir o que estaria em jogo seria a própria existência do Brasil pois, para os homens do século XIX, ou os países se estruturavam como Nações ou seriam absorvidos por outras Nações.<sup>10</sup> Dizer que Brasil era um “Estado” era procurar gerar entre os leitores-‘ouvintes’, entre seu público selecionado, composto por cidadãos respeitáveis e responsáveis, um sentimento de espanto e de apreensão.

Varnhagen sabia que era preciso estabelecer a ‘realidade do fato’. Por que o Brasil não passava de um Estado? Esta é a pergunta retórica feita. Ainda na primeira parte do texto, Varnhagen enumera os grandes problemas que, a seu ver, impediam a constituição do Brasil como Nação. Era preciso assumir que o Brasil era um Estado que corria o iminente risco de viver a desagregação e a desordem.

Ao lermos as páginas do Memorial, deparamo-nos com uma representação de Nação construída sobre a imagem ideal de uma sociedade sem diferenças raciais, portadora de traços e valores comuns. Este ideal de Nação tinha como paradigma a sociedade branca européia. Entretanto, na construção discursiva de Varnhagen, o ideal de nação aparece como sendo uma entidade autônoma e não como resultado de suas projeções. O discurso cria a realidade e, no caso, é uma realidade em falta. Era preciso convencer acerca da ausência do ideal de Nação e do desejo de vir a concretizá-lo. Varnhagen é prescritivo: ‘uma dôr profunda se apodera de nós, vendo o que elle [o Brasil] é, e o que podia, o que devia ser’.<sup>11</sup> E então convoca seu leitor-‘ouvinte’ para com ele encarar a inexistência da Nação e ter ‘coragem política para levar avante medidas (...) vitaes ao paiz (...)’<sup>12</sup>. O bem supremo a ser alcançado em prol de todos e de cada um em particular era a construção e consolidação da Nação brasileira.

Na segunda parte do Memorial, intitulada ‘Justificação do que fica dito’, Varnhagen explica porque, a seu ver, cada um dos problemas que apontara era, isolado e simultaneamente considerados em conjunto, um impeditivo à formação da nacionalidade. Na

construção de sua argumentação, nesta segunda parte do texto, Varnhagen novamente lança mão de artifícios da construção retórica. Faz uso dos recursos que são próprios da Arte e constrói entimemas: “Se julgássemos (...) [então] teríamos (...)”. Segundo Aristóteles o entimema é o argumento central da retórica capaz de gerar a prova por meio da demonstração verossímil. Esta prova entimemática seria capaz de gerar a convicção do leitor-‘ouvinte’: os males que impedem a constituição da Nação existem, são aqueles apontados e podem e devem ser reconhecidos enquanto tal e debelados.

Varnhagen emprega, muitas vezes, exemplos da história para provar a correção de seus raciocínios. Por exemplo, com relação à localização da capital brasileira, deseja que seja transferida para o interior, por questão de segurança. Por que Duguay Trouin conseguira no passado se apoderar da cidade do Rio de Janeiro? Porque: ‘Uma cidade a borda do mar é uma cidade na fronteira, e como tal mais exposta a ser insultada pelo estrangeiro’.<sup>13</sup> Se no passado fomos atacados, então no presente corremos o mesmo risco. O exemplo histórico instrui e conduz o leitor a acatar a veracidade da assertiva.

Outras vezes Varnhagen procura o apoio do leitor-‘ouvinte’ por meio da construção de raciocínios que seriam auto-evidentes: ‘Todos sabemos, mais ou menos, as origens das províncias, e todos temos olhos para ver em qualquer mappa as suas desigualdades; isto é, a monstruosidade de umas, e a quase nullidade de outras. E isto quando as estrellas do Império para seu uniforme regimen e movimento devem constituir uma constelação regular. E isto quando as diferentes peças da monarchia brasílica para que esta se mantenha em equilibrio devem ser quanto possivel, de igual força e resistencia (...). Muitas anomalias existem na actual divisão do territoria, e ninguém ignora que quase todas as provincias tem por algum lado um tanto em duvida sua verdadeira raia, e todos conhecem (...)’.<sup>14</sup> Nesta construção o autor faz de seu leitor um co-autor e um co-responsável pelo raciocínio desenvolvido: afinal, ‘todos conhecem’ e ‘ninguém ignora’. Ele não fizera mais do que explicitar aquilo que estaria dado no mundo real. Negar a ‘realidade’ seria negar o óbvio. Ao leitor restava aceitar a explicação dada

e reconhecer que não se tinha outro recurso senão acatar o tom prescritivo assumido pelo autor: se todos reconhecem a existência do mal, devem participar das decisões a serem tomadas para debelá-lo. Varnhagen tinha em sua mente defender um ideal de Nação monárquica e centralizada Talvez Varnhagen tivesse, aos olhos dos homens de fins do XIX, um discurso ‘empolado’ porque construído ainda com remanescentes da retórica.. Construir províncias que tivessem igual peso era favorecer a importância do poder central que, não tendo pressão maior exercida por nenhuma das províncias, sobre todas elas exerceria igual controle.

Este mesmo tom preceptístico perpassa o texto em outras passagens. Do mesmo que os exemplos da história, também as verdades reveladas pela ciência são trazidas para cena a fim de comprovar a certeza do que ficara dito. Em algumas passagens, para sustentar sua argumentação, convoca Montesquieu e Humboldt a testemunhar a favor daquilo que lhe interessava comprovar: ‘(...) o princípio de Montesquieu prova ser verdadeiro pela história da humanidade na Ásia, e se induz de raciocínios physiologicos (...)’; mais adiante: ‘(...) as leis da climatologia e das linhas isothermes, cujo systema só começou a ser bem desenvolvido modernamente, por Humboldt (...)’.<sup>15</sup> O interesse do autor era mostrar a viabilidade, não é demais lembrar, da Nação idealizada e inexistente, branca e europeizada. O interessante é que as proposições científicas são apresentadas como a prova cabal de que seu ideal de Nação era uma realidade tangível. No discurso de Varnhagen o ideal aparece como o real porque, afinal, ‘uma nação por fraca que seja pode muito quando quer compacta’.

Varnhagen faz de seu leitor um co-autor de suas idéias porque o ‘eu’ majestático termina por incluir o ‘você’ do leitor-‘ouvinte’: ‘se tomarmos providencias adequadas’, ‘se legislarmos’, ‘se adoptamos já tal systema’, ‘se desejarmos sinceramente constituir o Império’, então ‘chegaremos à virilidade’. Envolvido na construção da prova, o leitor-‘ouvinte’ e co-responsável pela edificação do devir histórico está então preparado para ser acusado de omissão, caso não se movesse em prol do ideal nacional: ‘se em vez de madurar, apodrecemos roídos dos vermes’.

Por fim, na última parte do texto, depois de ter demonstrado a verdade de suas afirmações, Varnhagen se dedica, então, a censurar os incautos e a louvar a si mesmo e, logicamente, àqueles que acatassem suas idéias. Cumprira sua mais alta função como cidadão. Teatralmente podia encerrar, pelolando seu texto-discurso, destacando sua utilidade e importância: ‘Assim nol-o ensina a historia da humanidade; da qual o autor deste escripto, movido pelo patriotismo e auxiliado pela meditação, colheu as idéas que professa, e que graças á imprensa serão a todo o tempo um protesto de que houve quem dissesse ao paiz, em vez de adular-o, muitas verdades amargas; calando ainda algumas que a discrição fez calar’.<sup>16</sup>

No final do século XIX, Capistrano de Abreu<sup>17</sup> afirmava que Varnhagen era capaz de matar a pedradas uma barata para defender suas idéias. A pedradas, porque Varnhagen era capaz de ir às últimas conseqüências em seus textos para defender aquilo que acreditava ser a verdade. Assim, manejava o discurso como se tivesse em mãos um punhal que controlava para se defender ou atacar. Capistrano também afirmou, referindo-se à *História Geral do Brasil*, que o texto de Varnhagen era “arisco”. Arisco porque parecia a Capistrano que as idéias de Varnhagen ‘fugiam’ e que era preciso lê-lo mais de uma vez para apreender o que deseja dizer. Na análise da obra de Varnhagen, talvez esteja faltando uma avaliação do emprego dos recursos discursivos retóricos. Se se considerar que o Memorial Organico foi publicado na revista Guanabara em 1851, apenas três anos antes de a *História Geral do Brasil* ser publicada, resta saber se os recursos discursivos empregados no Memorial também o foram na *História Geral*.

---

<sup>1</sup> Este mesmo texto fora publicado anteriormente em duas partes avulsas e sem indicação de autoria, em 1849 ( 1ª parte) e 1850 (2ª parte), segundo informação do professor Nilo Odália. Cf. ODÁLIA, Nilo. Introdução. In: *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979. p. 28. Neste trabalho farei uso prioritário, mas não exclusivo, da edição do Memorial feita na revista Guanabara. Ver: VARNHAGEN, F.A . Memorial Orgânico. In: Guanabara, revista mensal, artístico, científico e literária. Rio de Janeiro, Tipografia de Paula Brito, outubro/novembro 1851, p 356-370; 384-402. A cópia que tenho em mãos do Memorial me foi gentilmente cedida pelo professor José Américo Miranda que está preparando uma edição do texto e ainda se encontra sem numeração de página. As edições anteriores do Memorial Orgânico foram as seguintes: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial Orgânico (parte I). Que a consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta Um brasileiro*. Dado a luz por Um amante do Brasil. [s.l.], [s.n.], 1849. \_\_\_\_\_ . *Memorial Orgânico (parte II). Em que insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil*. Madrid: Impr. da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

---

<sup>2</sup> Acízelo analisa vários Compêndios de retórica utilizados no Brasil do século XIX e sobre o que foi redigido por Lopes Gama afirma que: “Em alguns momentos Lopes Gama escreve como quem fala, ou, mais precisamente, como quem pronuncia uma peça do que então se chamava oratória acadêmica, que pressupunha um auditório concreto e presente. Observe-se (...) o vocativo Senhores, típico de discursos orais ou destinados à oralização(...)”. Cf. SOUZA, Roberto Acízelo de. O Império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/EdUFF, 1999. p.60.

<sup>3</sup> Varnhagen afirma: “Sei que, para levar a gente a sair do ramerrão necessita-se de alguém que se arroste, que seja vítima de sacrifício na religião das novas idéas, por esse lado sentir-me-ia eu com abnegação bastante, e com energia para arrostar contra brollas de papel, e espero não me dar por morto moralmente, em quanto tiver alento de vida”. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial Orgânico. Guanabara, revista mensal, artístico, científico e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 384-402, out/nov 1851.

<sup>4</sup> TUCÍDIDES. História da guerra do Peloponeso. Brasília: UNB, s/d. p. 99. A formação retórica pressupunha a retenção, por parte do educando, de exemplos clássicos considerados como bons e imitáveis; a imitação era tida como “uma atividade que, segundo determinados princípios teóricos, refunde um modelo”. Cf. DIONÍSIO DE HALICARNASSO. Tratado de imitação. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986. p. 49.

<sup>5</sup> REYES, Alfonso. Quintiliano o la teoria de la educacón liberal. In: REYES, Alfonso. *La Antigua retorica*. México: Fondo de Cultura Economica, 1942. p. 121-270.

<sup>6</sup> Idem. p. 200-201.

<sup>7</sup> ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Trad.: Antônio Pinto de Carvalho. S/L: Tecnoprint, s/d.

<sup>8</sup> Op. cit. VARNHAGEN, Memorial Orgânico, 1851.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Sobre a discussão que no oitocentos se fazia acerca das condições para a constituição das nações, o estudo de Hobsbawm é elucidativo. HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Idem

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos (critica e história)*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet, 1931.